

CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA EM ESCOLAS PÚBLICAS A PARTIR DE ANÁLISE DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA

Célio Medina Gonçalo¹

Resumo:

Esse trabalho visa investigar características relacionadas ao ensino e aprendizagem de língua inglesa em escolas públicas no município de Santa Maria RS, mas que pode ser estendido a muitas outras instituições de ensino pelo Brasil, visto que todas são regidas pela LDB nacional. O estudo é feito a partir de uma análise das variantes dos atores envolvidos nesse processo. Inicialmente traçou-se uma abordagem teórica sobre o ensino de língua inglesa no Brasil, bem como o papel de agentes reguladores do ensino de língua inglesa no Brasil como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), os PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais) e o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Posteriormente, buscou-se traçar um breve perfil de cada um dos agentes desse processo: professor, aluno e escola. Essa abordagem não se adentrou pelo campo da natureza metodológica, mas sim um olhar conceitual de como está e como deveria ser o ensino de língua inglesa no país. Posteriormente, buscou-se apontar possíveis caminhos para a melhoria da qualidade no ensino de língua inglesa nas escolas do ensino básico. A pesquisa baseou-se em análise bibliográfica em artigos acadêmicos, livros e literatura pertinente sobre o tema. Verificou-se que o ensino ainda apresenta diversas falhas que precisam ser corrigidas. É comum encontrar professores despreparados e, conseqüentemente, desmotivados. Isso afeta diretamente o desempenho dos alunos que, por sua vez, se negam a ver a língua inglesa como parte importante do currículo e que seu aprendizado o ajuda a interagir melhor com o mundo cheio de informações e conhecimento que lhe permite se ver como cidadão globalizado. Já a escola, na forma do poder público, não oferece condições e incentivos adequados para que ocorra um aprendizado de qualidade.

Palavras-chave: ensino, língua inglesa, escola, professor.

¹Professor EBTT – Língua Inglesa – IF Sertão Pernambucano. Especialista em Metodologia de Ensino da Língua Inglesa. Mestrando em Educação pela UDE. E-mail celio.goncalo@ifsertao-pe.edu.br

Introdução

A língua se faz como fator cultural e intrínseco a um povo e ela reflete o momento social vivido em sua época. Na antiguidade o Latim era a língua do Império Romano que, por suas conquistas, desbravou parte da Europa. Em um próximo momento, já Idade Média, a Língua Francesa seguiu sendo como dominante, na qual era utilizada nas cortes e nos documentos oficiais de vários países, inclusive da Inglaterra. Desde a era moderna até atualidade, a língua inglesa vem se mostrando ser a língua dominante para diversos assuntos que extrapolam as fronteiras de um país, como viagens, negócios, ciência, tecnologia e informação de uma forma geral. Isso fez com que a língua inglesa recebesse o *status* de língua franca¹, fato que ainda não foi alcançado por nenhuma outra língua com tamanhas proporções até o momento.

Em termos de Brasil, Guimarães (2005) afirma que o ensino de língua inglesa começou por volta do início do século XIX. Desde então métodos e instituições de ensino têm se desenvolvido e alcançaram grande notoriedade. Entretanto, as escolas públicas parecem não ter evoluído ao mesmo ritmo dos demais seguimentos da sociedade. Parece claro a necessidade de inovar o ensino como um todo, a começar por uma maior importância ao ensino aprendizagem dessa língua, passando por materiais didáticos adequados e lúdicos, preparo e incentivo aos docentes e ferramentas que possam auxiliar o aluno a se compreender dentro desse processo de aprendizagem de língua inglesa. De forma geral uma melhoria em todos os processos usados por docentes e demais integrantes dos sistemas de ensino se faz necessária para avaliar, explorar e melhorar o desempenho dos alunos, criando um ambiente mais interativo e dinâmico de aprendizagem. De acordo com Saraceni (2003), é necessário inserir os estudantes na adaptação dos materiais que eles utilizam. Para isso, ela propõe que os materiais sejam repensados de modo que estejam mais centrados nos alunos, que sejam mais flexíveis, relevantes, universais, abertos a mudanças e com opções variadas. Ainda de acordo com a autora, é fundamental proporcionar um material motivador com situações e conteúdos provocativos, para que o aluno se sinta parte do enredo proposto e se coloque dentro da obra para que se prontifique a aprender e se sinta desafiado.

1 Termo usado para denominar uma língua comum de comunicação usada por falantes não nativos, ou seja, o uso do inglês para comunicação como segunda língua ou língua estrangeira em situações que não envolvem a presença de um falante nativo. Erling (2005) argumenta sobre a preferência de muitos pesquisadores pelo termo English as a língua franca (ELF). Crystal (2003) atribui à língua inglesa o papel de língua franca ou língua comum (common language) por garantir a interação entre povos oriundos de diferentes culturas, falantes de diferentes idiomas.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é o principal documento regulador da estrutura da educação no país, cuja última versão é de 1996. A LDB define os papéis da União, Estados e municípios nas responsabilidades da oferta do ensino no Brasil e busca descentralização das tarefas sobre a gestão dos sistemas de ensino entre as esferas de poder. A LDB também determina o ensino de ao menos uma língua estrangeira no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Entretanto a definição de qual língua será ensinada fica a sob responsabilidade da comunidade escolar ou da Secretaria estadual ou municipal de ensino. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são diretrizes federais que orientam as secretarias estaduais e municipais com relação ao conteúdo a ser ofertado em cada disciplina. Já o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) oferece acesso gratuito a livros didáticos a todas as escolas públicas no país. Desde 2011, a língua inglesa está contemplada no PNLD.

Os Estados e municípios podem tomar a maior parte das decisões sobre a oferta de Educação Básica desde que sigam as diretrizes dos PCNs e da LDB. Em relação à escolha da língua estrangeira, eles podem decidir variáveis como a escolha da língua que será ofertada, o número de aulas por semana, a duração de cada aula, a grade curricular, as habilidades que serão trabalhadas, bem como outras características dentro do estudo de línguas, embora a maioria segue orientação padronizada de instancias superiores.

Dado isso, o ensino de língua inglesa nas escolas publicas brasileiras pode divergir de uma esfera de ensino para outra. Seja ela de âmbito municipal, estadual ou federal. Há também divergências dentro da mesma esfera. O que se nota em grande parte das escolas é que o ensino de língua inglesa nas escolas públicas brasileiras precisa apoiar-se na língua portuguesa para ser trabalhada no contexto escolar. SCHÜTZ (2003) comenta que “apesar das leis e reformas criadas, o ensino de inglês nas escolas de ensino fundamental e médio até hoje em dia parece ter ficado encajado no método de tradução e gramática do início do século”. Ainda sobre esse tema, Leffa (1988) cita e classifica esse método como Abordagem da Gramática e da Tradução (AGT) que consiste em trabalhar o ensino da segunda língua a partir da primeira, ou seja, as explicações ocorrem na língua materna do aluno e a ênfase está na forma escrita. Ainda segundo o autor, é o método que possui mais tempo de uso na trajetória do ensino de línguas, mas tem sofrido críticas por deixar de lado o trabalho com a oralidade.

Muito se discute sobre o ensino aprendizagem de língua inglesa no Brasil e vários pesquisadores têm alertado para a importância de se repensar as práticas docentes em sala de aula,

bem como a criação ou ampliação de políticas públicas que favoreçam a inserção dessa língua como um caminho imprescindível para a busca da cidadania e emancipação do indivíduo através de acesso a outros contextos culturais. Tais pesquisadores se apoiam em contribuições acerca do tema de autores consagrados tais como Barcelos & Abrahão, 2006; Leffa 1999; Lima 2009; Moita Lopes, 1996; Paiva, 2005; Rajagopalan, 2006, dentre outros.

A ausência de um eixo regulador mais abrangente, porém dinâmico, que otimize o ensino de língua inglesa em cada uma das etapas do ensino base – independentemente de qual esfera seja – somado a outras variáveis, interferem no processo de aprendizagem da língua inglesa e faz com que a qualidade de ensino dessa língua em escolas públicas não seja satisfatório. Nos últimos anos, o ensino/aprendizagem de inglês na escola pública vem sofrendo várias críticas, “sabe-se que o ensino, especialmente o público, de forma geral, é bastante precário e deficiente” (LIMA, 2015, p. 178). Sendo assim não é difícil encontrar alunos com muita dificuldade de aprendizado ou que simplesmente já desistiram de aprender esse idioma “tão complexo”. Essa frustração começa no ensino fundamental e se estende até o ensino médio.

Conforme Paiva (1997), os alunos deixam a escola sem aprender uma língua estrangeira de forma eficiente porque na visão deles, aprender a língua seria dominá-la com fluência. Existe também uma crença de que o Inglês só serviria para eles se eles viajassem para países falantes de Inglês. Essa ideia não é válida, pois o inglês tem se tornado a língua mais usada em todo o mundo por nativos e não nativos e é, provavelmente, o único idioma que possui mais falantes não-nativos que nativos. Pesquisas mostram que para cada três falantes não nativos, existe um falante nativo (SIQUEIRA, 2005, p.14). Não é necessário sair de casa para ter acesso ou contato com a LI. Para ter acesso a uma vasta quantidade de material em língua inglesa basta acessar a internet ou usar aplicativos no celular ou até mesmo assistirmos a um filme ou seriado que estaremos em contato com a língua inglesa. Esse fato por si só já configura um mundo de possibilidades para a importância do aprendizado de língua inglesa que, na maioria das vezes, não é visto pelo aluno em idade escolar. Outro fator que não deve ser negligenciado é a quantidade e a qualidade das informações publicadas em língua inglesa. Grandes potências econômicas do mundo contemporâneo apontam a língua inglesa como a língua dos negócios, turismo, e é amplamente usada, trabalhos, viagens, fazer negócios além, obviamente, para o estudo. Para Lopes (2003) a maior parte das informações sobre fatos que acontecem em todo o mundo é divulgada em língua

inglesa e isso por si só já deve ser um grande incentivo para que o aluno domine esse idioma e se apodere desse conhecimento.

Dessa forma, esse artigo se faz relevante por buscar somar às discussões existentes sobre as peculiaridades existentes no processo de ensino aprendizagem da língua inglesa, visto que percebemos que a falta de conhecimento linguístico de muitos professores, somado à baixa aceitação de se aprender um idioma por parte dos alunos, podem dificultar ainda mais o sucesso da aprendizagem dessa língua nas escolas públicas.

Metodologia

Para a elaboração desse estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica que teve como fonte de leitura artigos acadêmicos sobre a problemática do ensino da Língua Inglesa em diferentes escolas públicas, além de livros pertinentes acerca do tema. A fim de atender ao que se propõe, foi feito um estudo de natureza bibliográfica, a partir de trabalhos e artigos científicos publicados nas principais bases de dados da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da SciELO (Scientific Electronic Library Online), tendo em vista sua amplitude no que se refere à abrangência dos periódicos publicados nesses canais, além literatura pertinente que aborda o tema. Buscou-se traçar um breve paralelo do tripé que compõe o processo de ensino aprendizagem em relação ao ensino de língua inglesa que é composto por docentes, alunos e a escola, tendo em vista as suas instâncias superiores que norteiam o ensino aprendizagem de língua inglesa.

Resultados e discussões

O ensino da língua inglesa deve ter como de partida a própria vivência do inglês. O aluno (e o professor) precisa ter a consciência que quanto mais ele (s) esteja (m) em contato com a língua, mais se aprende. Entretanto essa não é a realidade do ensino aprendido de língua inglesa nas escolas de educação básica brasileiras. Nessa breve análise teórica realizada sobre o tema observou-se que ocorre certa estagnação em relação ao ensino da língua inglesa, que tem suas origens em problemas culturais, econômicos e sociais além, é claro, das próprias dificuldades do professor em disseminar o conhecimento de um idioma que muitas vezes nem ele mesmo domina. O cenário

tradicionalmente conhecido para se aprender, em termos de línguas estrangeiras, é a escola. Entretanto é questionável a autenticidade dessa afirmação, tendo em vista que a escola (pública), de uma forma geral, está cada vez mais desacreditada em relação à sua eficácia no ensino de línguas estrangeiras na atualidade. Isso leva a afirmar que a relação ensino-aprendizagem do inglês não parece acontecer eficientemente nessas escolas, para muitos, não parece ser o lugar ideal para aprendê-la. O ensino e aprendizado da língua inglesa em escolas públicas deve ter mais importância, com comprometimento maior tanto dos professores, alunos e instituições como um todo. A língua inglesa deve ser vista como disciplina importante na formação profissional dos alunos e deve ser reconhecida como disciplina que auxilia o aluno a ser integrado no mundo globalizado, além de abrir portas no mercado de trabalho que se desenha cada vez mais competitivo. Pode-se afirmar ainda que os problemas que norteiam o ensino da língua inglesa, no cenário brasileiro, em muitos casos ultrapassam o âmbito da escola pública, apesar de que muito se diz sobre a relevância do inglês para o crescimento profissional e social do indivíduo.

Nesse contexto, é questionável o fato do professor de inglês apoiar-se apenas no livro didático e nas ferramentas básicas que a escola lhe oferece para o ensino eficaz de língua inglesa. Por outro lado, a baixa carga horária destinada ao ensino de língua inglesa deixa o professor limitado ao livro para ministrar suas aulas e o livro, por sua vez, pode não estar completamente adequado às necessidades de aprendizagem de língua inglesa dos alunos. Sendo assim, o professor precisaria buscar outras fontes de insumo, levando em consideração o contexto do seu aluno, para fazer florescer nele o interesse pela aprendizagem, quebrando os paradigmas que impedem a aprendizagem eficaz da língua inglesa.

O primeiro entrave que se vê é a falta de preparo dos professores em relação ao ensino da língua. Há casos em que o professor que ministra as aulas de língua inglesa é docente de outras disciplinas que, para completarem sua carga horária, acabam por ministrar aulas de língua inglesa sem um preparo adequado ou sem menos ter um domínio adequado que lhe dê pelo menos confiança para ensinar. Partindo desse pressuposto, o professor se sente impotente em oferecer um ensino de qualidade para seus alunos visto que nem mesmo ele se sente seguro com relação ao uso do idioma. Quanto a isso Oliveira (2010, pg. 29) afirma que:

“a grande maioria dos professores de línguas estrangeiras nas escolas públicas no Brasil falam muito pouco ou não falam a língua estrangeira que lecionam”.

Alinhado a essa ideia, Schmitz (2010, p. 17), por sua vez, postular que:

“se o profissional de LE não fizer uso do idioma na sala de aula, estará abrindo mão da qualificação que mais o caracteriza e que mais o distingue dos professores de outra matéria: a sua condição de ser bilíngue, de poder transitar entre duas culturas”.

Existem ainda professores que são da área de letras que estão sobrecarregados em suas rotinas de trabalho. Eles ministram aulas para um grande número de turmas e/ou lecionam outras matérias além do inglês, fato que os impede de se especializarem no ensino dessa disciplina. O ensino de Inglês em algumas escolas pode ter carga horária baixa, então esse professor, que muitas vezes tem graduação em Letras Português / Inglês, ministra também aula de língua portuguesa. Para Kelly (2000) muitos professores dizem que a falta de tempo para sua própria aprendizagem e domínio total do idioma, é grande responsável pelos insucessos no ensino da língua inglesa. Esse fato, somado a outros, contribui muito que os alunos também se sintam desmotivados e percam o interesse pela disciplina, o que leva ao seu baixo desempenho. Para Vygotsky (1998) o professor deve buscar novos meios para estimular o trabalho colaborativo, potencializando o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Como mencionado anteriormente, se o próprio professor não se sente motivado ou adequadamente preparado para oferecer um ensino de qualidade, dificilmente ele encontrará formas de estimular esse desenvolvimento cognitivo de seus alunos como defende Vygotsky. Para Gimenez (2011), os professores devem expandir seus olhares para fora da sala de aula quando ensinam a língua inglesa aos alunos, como, por exemplo, explorar o uso da língua fora do contexto da escola, a fim de analisar a mediação entre pessoas de diferentes culturas, que falam diferentes idiomas. Esse processo precisa ter sentido amplo, tanto para professores quanto para alunos, mas o professor tem papel crucial para essa consolidação. Assim, os resultados serão mais produtivos dentro e fora da sala de aula. Essa proposta está alinhada com Scheyerl (2010, p. 131) que afirma que:

“a eficácia pedagógica dependerá principalmente da ação desenvolvida em sala com os alunos, pois é o professor quem tem a posição privilegiada de negociar, sugerir, incentivar e orientar as mudanças necessárias para que o processo de aprendizagem, como um todo, funcione de modo harmônico e produtivo”.

Essa “negociação” do conhecimento permite ao professor atingir um escopo muito maior que ultrapassa as paredes da sala de aula. Essa ideia de ultrapassar as paredes da sala de aula para buscar um ensino de melhor qualidade se vê como um caminho paralelo, alinhado à busca perseverante de aperfeiçoamento e de formação continuada do professor. Esse processo deve ser estimulado por políticas públicas que não desamparem o docente quando ele percebe que é necessário melhorar seu processo de ensino de LI.

Os Professores precisam ter uma formação continuada e devem buscar evoluir dentro de sua área, deve aprimorar e alinhar sua competência, sua metodologia, a fim de preencher falhas e lacunas curriculares. Paralelo a isso, faz-se necessário um método de ensino mais atraente para despertar o interesse dos alunos e amenizar deficiências identificadas no ensino e aprendizagem da língua, tais como carga horária reduzida, espaço físico inapropriado para uma aula de qualidade e a escassez do material didático apropriado que foque em um ensino prático e lúdico da língua inglesa. Que o ensino de língua inglesa possa ser aplicada na rotina dos estudantes através de projetos extraclasse, músicas, cinema, jogos de computador, bate-papo com nativos, grupos de estudo usando plataformas de redes sociais, dentre outros para que o aluno tenha gosto em ler, entender, produzir e falar inglês.

Na contramão dessa ideia, aparece outro ator no processo de ensino aprendizagem de LI, a escola. Esta, ainda segue um modelo de ensino aprendizagem que não permite ao aluno a oportunidade de ter um contato mais frequente com a língua. Como regra geral, a escola oferece duas aulas semanais de cinquenta minutos cada para o ensino de língua inglesa. Esse tempo não permite ao professor o desenvolvimento de atividades lúdicas, práticas, orais que favoreçam ao ensino de qualidade para o aluno. Isso somado ao fato do grande número de alunos por sala, resulta em um ensino ineficiente e improdutivo na maioria das vezes. Esse papel que a escola reproduz atualmente não está em consonância com o aluno precisa para se tornar um cidadão emancipado. Bagno (2002) discorre em seu trabalho focado na formação do professor de língua que:

“o objetivo da escola, no que diz respeito à língua, é formar cidadãos capazes de se expressar de modo adequado e competente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito na sociedade e ajudar na construção e na transformação dessa sociedade, é oferecer a eles uma verdadeira educação linguística”.

Alinhado a esse pensamento, Moita Lopes (1996, p. 76), compartilhado por Scheyerl (2009, p.128), diz que:

“espera que a escola, como instituição, não forneça apenas instrumentos adequados ao contexto dos alunos de língua estrangeira, mas meios de instrução que estimulem a consciência crítica, refletindo habilidades que tenham cunho socialmente justificáveis”.

O modelo atual, comparado ao defendido por pesquisadores, contem inúmeras falhas no que diz respeito ao aprendizado de LI porque ela ainda reproduz um modelo tradicionalista, repetitivo e que não estimula essa consciência crítica. Segundo Abreu (2009), um dos principais obstáculos no ensino de língua inglesa é o fato de que aluno não se sente seguro em falar inglês na sala de aula e

demonstra vergonha e falta de confiança perante os colegas e o professor. Esse fator, somando a outros, faz com que o aluno seja o elo mais fraco nesse processo. Muitos deles não têm consciência da importância do aprendizado da língua inglesa e encaram a disciplina como parte obrigatória da carga horária a cumprir e passa a desempenhar um rendimento apenas satisfatório para “passar de ano”. Nessa vertente, o aluno perde a oportunidade de questionar, entender, dialogar, construir o seu conhecimento junto ao professor e apenas reproduz o modelo existente que não estimula uma aula de inglês interativa e dinâmica e faz com que cada vez mais o aluno se sinta incapaz de aprender a língua inglesa porque ele “não tem competência ou dom” para isso. Esse pensamento está na contramão do que defende Oliveira (2009, p. 27), que defende que o aluno precisa conhecer aspectos culturais e sociais da língua estudada para se sentir parte dela. Ainda segundo Oliveira, ao estudar uma língua inglesa

(...) o estudante entra em contato com outra cultura, o que contribui para que ele conheça aspectos culturais diferentes daqueles presentes na sua comunidade. Isso pode levar o estudante a um processo de reflexão acerca do outro e de si próprio.

O que se vê nos moldes atuais da escola, é que ela por si não tem essa concepção inserida em seus processos de ensino. Parece mais cômodo seguir reproduzindo o modelo atual onde a língua inglesa é só mais um componente curricular e, dessa forma, não merece um olhar diferenciado. Ao permitir que essa crença se estabeleça, a escola acaba negligenciando conhecimento prévio do aluno reforça nele o argumento de que aprender inglês não é importante para a vida. Com isso, a escola contribui para a não inclusão do aluno nas práticas emancipatórias, e lhes nega o direito quanto ao acesso e à construção do conhecimento de qualidade em relação à língua inglesa.

Conclusões

Considera-se que o objetivo deste estudo foi investigar, até certo ponto, o ensino de língua inglesa através de artigos e literatura sobre o tema em algumas escolas públicas, como por exemplo, no município de Santa Maria RS, mas que pode ser estendido a muitas outras instituições de ensino pelo Brasil, visto que todas são regidas pela LDB nacional.

Ao longo deste estudo, algumas das principais dificuldades relacionadas ao ensino e aprendizagem da língua inglesa foram expostas. Foram identificados os atores envolvidos no



processo e foram apontadas responsabilidades a todos os envolvidos: o professor que muitas vezes não domina o que ensina; os alunos por seu desinteresse; o governo que não investe em infraestrutura e não fornece as condições mínimas de trabalho (por exemplo, o aparato tecnológico para que a aula possa ser mais interessante e adequada à realidade da modernidade); os pais que não acompanham o andamento dos filhos na escola; a direção da escola que, muitas vezes, negligencia a atuação docente e não busca propor incentivos para que essa disciplina receba atenção necessária.

Percebeu-se a necessidade do entendimento da língua inglesa como uma ponte de acesso a diferentes culturas, informação, tecnologia, negócios, viagens, etc. Dessa forma, se torna evidente a necessidade do letramento em língua inglesa, na qual pode propiciar aos educandos a possibilidade de protagonizar no mundo dos discursos de forma consciente e crítica.

Assim, alguns fatores são imprescindíveis para que se caminhe na direção correta quanto ao ensino de língua inglesa em escolas públicas, que vão desde mudanças micro às macro como, por exemplo, permitir que professores de língua inglesa tenham acesso a cursos de formação continuada e reciclagem e sejam motivados a se especializarem cada vez mais. Por outro lado, deve-se oferecer materiais didático adequados e pertinente à realidade do aluno e propiciar meios para que ele se sinta protagonista do processo de aprendizagem de língua inglesa, permitindo-lhe inclusive o acesso a materiais mais práticos e lúdicos que vão além de livros didáticos que ensinam apenas estruturas gramaticais.

Finalizamos com a reflexão de que os professores de língua inglesa são os principais agentes envolvidos no processo de ensino aprendizagem de língua inglesa e eles são o elo entre os alunos e os agentes superiores do sistema de ensino. O professor está em constante contato com o seu aluno e conhece suas necessidades e anseios, além de conhecer as diretrizes que regem seu trabalho. Dessa forma, ele precisa se manter motivado, buscar constante atualização e seus conhecimentos e práticas docentes, compreender a importância que ele tem na vida de seus estudantes e mantê-los focado na aprendizagem da língua inglesa, ajudando-os a se posicionarem criticamente como cidadãos emancipados.

Referências:

ABREU, J. **Dificuldades encontradas por professores de língua inglesa de instituições privadas de ensino superior**. Revista Semioses, Rio de Janeiro Vol. 01, N. 05. 2009.

ANDRADE, W. **O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NUMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL: Uma proposta de mudança nas circunstâncias em que se desenvolve o ensino desse idioma**. Revista Lugares de Educação [RLE], Bananeiras/PB, v. 3, n. 7, p. 5-22. Edição Especial. Dez., 2013. ISSN 2237-1451 Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>>

BRASIL, **Lei nº 9.394 – LDB – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Profissional/Legislação Básica**. Ministério da Educação. 3ª Edição. Brasília, 1999.

BRASIL. MEC. **Parâmetros curriculares nacionais: língua estrangeira / ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC;SEMTEC, 1999.

DAVID, R. S. **O ensino e aprendizagem de Inglês em escolas públicas: o real e o ideal**. 2013. www.brasilecola.com (acesso em 18/08/2017 16:05)

GIMENEZ, T. Narrativa 14: Permanências e rupturas no ensino de inglês em contexto brasileiro. In: DE LIMA, D. C. **Inglês em escolas públicas não funciona? Uma questão, múltiplos olhares**. Parábola Editorial, São Paulo, 2011, p. 47-54

Instituto de Pesquisas Plano CDE. **O Ensino de Inglês na Educação Pública Brasileira**. Elaborado com exclusividade para o British Council. Instituto de Pesquisas Plano CDE - 1ª Edição | São Paulo. 2015 - © British Council. 2015

KELLY, Gerald. **How to teach pronunciation**. Essex: Pearson Education Limited, 2000.

LEFFA, Vilson J. **Metodologia do ensino de línguas**. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. Tópicos em linguística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: UFSC, 1988.

LIMA, D. C. (org.). **Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa**. Conversas com especialistas. São Paulo: Parábola, 2009.

MARZARI, G. Q. **O ensino de Inglês na escola pública e suas possíveis dificuldades.** Thaumazein, Volume 7, Número 14, Santa Maria, pp. 12-19. 2015

PAIVA, V. L. M. O. **A identidade do professor de inglês: ensino e pesquisa.** Uberlândia: APLIEMGE/FAPEMIG, n.1, 1997, p. 9-17.

PIMENTA, A. C. **O ensino da Língua Inglesa nas escolas públicas: expectativas e realidade.** Revista Crátilo, 9(1): 32-50, ago. 2016 © Centro Universitário de Patos de Minas. 2016

SCHÜTZ, Richard. **O que é talento para Línguas?** English Made in Brazil. Disponível online in <<http://www.sk.com.br/sk-talen.html>>. Acesso em 06 de agosto. 2017.

VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.